ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE PROFESSORES:UMA ASSOCIAÇÃO DE AJUDA MÚTUA DOCENTE NO RIO GRANDE DO SUL

Sergio Ricardo Pereira Cardoso[1]

Elomar Tambara[2]

Jezabel Barcellos de Almeida[3]

Introdução

Estudar a as associações de ajuda mútua já é um grande desafio devido à diversidade destas e das complexidades das condições em que estas se propõem a desenvolver estratégias públicas. Mais complicado ainda é perceber estas estratégias nas associações mutuais da classe docente.

Sobre as associações de professores, Nóvoa (1991, p. 127-128) salienta que "a prática das associações de docentes se caracteriza, quase sempre, por um comportamento um tanto híbrido, organizado em torno de duas dimensões: a defesa dos interesses corporativos de seus membros e a defesa do ensino enquanto serviço público e função de utilidade social".

Diante do exposto, o objetivo deste escrito é analisar as estratégias adotadas pela Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP) no início dos anos 30, instituição criada em Pelotas com o intuito de construir saberes-fazeres identitários da classe docente, bem como com características claras do associativismo de socorros mútuos.

Para tanto, os procedimentos que adotados para coleta das informações e dados referentes ao conteúdo da pesquisa foram os seguintes: a análise documental (principalmente atas de reuniões da ASRP), bem como pesquisa em jornais e periódicos da imprensa local.

---

[1] Doutorando em Educação do PPGE / FAE / UFPel. Professor de História do IFRS (campus Bento Gonçalves). Email: serricardoso@yahoo.com.br

[2] Doutor em Educação, professor da UFPel e coordenador do CEIHE / UFPel. Professor-orientador. Email: tambara@ufpel.tche.br

[3] Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais / UFPel. Bolsista dessa pesquisa. Email: jezabelbarcello@bol.com.br

O empenho de entender a criação da ASRP nos obriga a remontar à década de 1920, caracterizada por profícuas transformações diretamente ligadas ao modernismo e ao processo de urbanização e industrialização brasileira. Toda essa dinâmica reflete-se também na sociedade, que começa a compor uma demanda cada vez maior referente à educação pública, gratuita e de qualidade; tais prospectos culminarão com o surgimento do "otimismo pedagógico" ou "entusiasmo pela educação" (NAGLE, 2001, p. 135). Conforme Jorge Nagle, no momento em que transformações significativas, nos diversos níveis, ocorriam no mundo, o Brasil em particular presenciava consideráveis alterações na vida social, das quais o processo de industrialização, o imigratório e o de urbanização são alocados como impulsionadores e intensificadores dos dispositivos de escolarização (NAGLE, 2001, p. 26-38).

O ideário republicano nada trouxe de novo para o âmbito educacional brasileiro, mantendo apenas o proposto no Ato Adicional de 1834. Pois, o artigo 34 da primeira constituição republicana brasileira estabelecia como competência privativa do Congresso Federal a regulamentação do ensino superior e a incumbência não-exclusiva do mesmo de criar instituições de ensinos secundário e superior nos estados. Quanto ao ensino primário, a única ação efetiva do governo federal foi substituir, em 1918, as escolas estrangeiras do sul do país por escolas nacionais.

Paralelamente, diversos Estados promoveram reformas no ensino primário com o objetivo de unificar as instituições educacionais. Entre estas, podemos destacar a de São Paulo, realizada em 1920 por Sampaio Dória; a da Bahia, implementada por Anísio Teixeira em 1925, e a do Distrito Federal, promovida, em 1928, por Fernando Azevedo.

Talvez pelo posicionamento político-geográfico, a reforma educacional de Fernando de Azevedo tornou-se um modelo-padrão a ser seguido por reformas posteriores. Seja como for, é notório a preocupação em ampliar o ensino primário em prol de uma porção populacional maior, além de articular de forma mais explícita as diversas instâncias do ensino tanto ao meio rural quanto ao meio urbano.

Boa parte dessas demandas educacionais foram ocasionadas pela classe de trabalhadores e profissionais liberais que, após a proclamação da República, cresceram

e se organizaram, pois a República veio em seguida ao estabelecimento do trabalho assalariado no Brasil. Nesse processo de organização e formação, os diversos grupos sociais sentiram a necessidade "do amparo de uma rede associativa" (LONER, 2001, p. 94). A autora, ao se referir às redes associativas deixa claro que:

> A construção da identidade da classe trabalhadora vai passar , inevitavelmente, por estas entidades, pois são elas responsáveis pela congregação daqueles conjuntos diferenciados e múltiplos de indivíduos e sua organização, segundo modelos e formas que vão variar ao longo do tempo, mas que têm em comum, o caráter de resposta e afirmação daquele setor, grupo ou categoria, frente à sociedade (LONER, 2001, p. 94).

De uma maneira geral, as associações de ajuda mútua são percebidas como estratégias públicas de sobrevivências implementadas pelos diversos setores da sociedade sob um contexto histórico em que predominava a ausência de políticas sociais e dispositivos de previdência públicos.

Segundo Mike Savage (2004, p. 33-34), as mutuais, entre outros tipos de associações, foram respostas à *"insegurança estrutural"* em relação às políticas públicas, vivenciada principalmente pelos trabalhadores, inclusive os trabalhadores da área educacional. Diante disso, possuíam estruturas administrativas, onde as assembléias elegiam presidentes, vice-presidentes, secretários.

A ASRP, por exemplo, elegia estes representantes anualmente, predominando os seguintes cargos eletivos: presidência, vice-presidência, 1ª secretaria, 2ª secretaria, 3ª secretaria, 1ª tesouraria, 2ª tesouraria, além da comissão de contas.

Em suma, as sociedades mútuas são associações localizadas na fase entre as sociedades auto-reguladas e protegidas pelo Estado e pela ajuda mútua dentro das próprias sociedades (PETERSEN, 1997, p.6). Tânia Regina de Luca, em sua obra "O sonho do futuro assegurado" (1990), argumenta que estas classificações podem ser divididas em seis tipos; dentre estas podemos destacar as "associações por categorias

profissionais", às quais se enquadraria a Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), instituição a ser analisada pelo presente estudo.

É necessário deixar claro que, já em 1926, houve uma iniciativa de um movimento associativo de professores em Porto Alegre, já apresentando características acentuadas da tipologia "associação por categorias profissionais", no nosso caso, docente, como mostra a reportagem a seguir:

> **Associação de professoras**
>
> P. Alegre, 28 (Esp.) – No curso elementar annexo à Escola Complementar, em sessão de seu corpo docente, foi organizada a Associação de professoras do Curso Elementar annexo à Escola Complementar, com o objectivo de tratar do progresso e diffusão do ensino e trabalhar pela confraternização da classe, consolidando as relações da mesma e velando pelos interesses colectivos (A Opinião Pública, Pelotas, quinta-feira, 30 de setembro de 1926).

Ações mutuais: as Leis

Pelo fato de pela primeira vez descrever o que viria a ser as atribuições das associações de socorro mútuo, dentro das normas legais, é interessante começarmos nossa análise pelo Decreto nº 2711, de 19 de dezembro de 1860:

> Art. 31. As sociedades de soccorros mútuos terão unicamente por objecto, prestar auxílios temporários aos seus respectivos socios effectivos nos casos de enfermidade, ou inutilisação de serviço, e ocorrer, no caso de seu fallecimento, às despesas do funeral.[4]

É bom ter em mente que, enquanto a Lei nº1083, de 22 de agosto de 1860, apenas menciona as sociedades de socorros mútuos, o Decreto nº 2711 diferencia claramente as sociedades de socorros mútuos das de montepio, sendo estas (art. 28)

[4] Todas as legislações aqui presentes foram coletadas no site da Câmara Federal, presente no site: http://www2.camara.gov.br/legislacao

definidas como responsáveis por "criação de capitais ou de pensões em benefício dos seus contribuinte ou sócios durante a velhice, ou inabilidade em serviço, em virtude d moléstia, ou de seus ascendentes ou descendentes, filhos adotivos, ou dos cônjuges entre si, e pessoas da família em caso de falecimento".

A diferença fundamental existente entre associações de socorros mútuos e montepios refere-se ao período de permanência dos auxílios aos quais se propõem. Enquanto as associações de montepio são permanentes, as de socorros mútuos são temporárias.

Este mesmo decreto também norteia todas as diretrizes necessárias à confecção dos estatutos destas associações; estes são sintetizados por Tânia Regina de Luca (1990, p. 14):

> Os estatutos deveriam ser enviados à autoridade competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma com se pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para admissão e eliminação dos sócios, bem como o número destes.

Um elemento muito importante na configuração das estruturas das mutuais também é determinado PR esta legislação, que é a nomeação dos presidentes pelo poder executivo (o Governo no Rio de Janeiro, e os Presidentes nas outras províncias).

No entanto, o Decreto nº 5112, de 17 de outubro de 1872, revoga o normatizado (em relação às nomeações de presidentes), passando a vigorar que "A nomeação do Presidente nas associações de monte-pio ou de soccorros mutuos será feita pelas assembléas geraes dos contribuintes, e segundo as regras que estas fixarem em seus estatutos" (art. 1º).

A partir do Decreto nº 3150, de 4 de novembro de 1882, além do Decreto 8821, de 30 de dezembro do mesmo ano, os estatutos das mutuais foram liberados de uma autorização oficial dos órgãos do governo. Essa atitude proporcionou a descentralização

das associações mutuais tendendo à "privatização", como ocorria antes de 1860, quando a autorização era destinada somente às sociedades secretas e anônimas (DE LUCA, 1990, p. 13-17).

A relativa autônoma política das associações de socorro mútuo acaba após o Decreto 173, de 10 de setembro de 1893:

> Art. 1º - As associações que se fundarem para fins religiosos, moraes, scientíficos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contracto social no registro civil da circumscripção onde estabelecerem a sua sede.

Nesse decreto, fica evidente a subordinação do reconhecimento da pessoa jurídica ao controle da mesma pelos órgãos do governo local.

Já o Decreto nº 24.784, de 14 de julho de 1934, incide diretamente nas associações de auxílio mútuo. Este, ao tratar do novo Regulamento do Conselho Nacional do Trabalho,

> Art. 29. Fica creado, e a cargo da Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho, o registo obrigatorio de todas as instituições de previdencia social e associações de soccorros mutuos, as quaes, para esse fim, se classificam: [...] b) Associações de auxilios mutuos e outras organizações de previdencia social, installadas e mantidas por iniciativa particular, de classe ou não.

Existe uma linha tênue entre associações de socorros mútuos e sindicatos. Estes, legalmente são mencionados pela primeira vez no Decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907:

> Art. 1º É facultado aos profissionaes de profissões similares ou connexas, inclusive as profissões liberaes, organizarem entre si syndicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses geraes da profissão e dos interesses profissionaes de seus membros.

Ainda nesta legislação, os sindicatos poderiam "organizar, em seu seio e para os seus membros, instituições de mutualidade, previdencia e cooperação, de toda a sorte, constituindo essas, porém, associações distinctas e autonomas, com inteira separação e caixas e responsabilidades" (alínea c do art. 3º). Esta abertura legal proporciona que as associações de ajuda mútua surjam principalmente tendo em função da categoria profissional; dessa maneira, as associações tendem a se compor inseridas no contexto da formação da identidade profissional.

Seja como for, este breve balancete demonstra que havia um distinto tratamento do Estado em relação às mutuais, sem no entanto apresentar um movimento uniforme e contínuo.

O surgimento da Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP)

Baseando-se em Beatriz Loner, é fácil perceber porque os trabalhadores da educação se organizaram também em associações. No entanto, é importante perceber que o caráter do trabalho do professor faz com que as associações referentes a assuntos educacionais sejam, num primeiro momento, fomentadas por elites intelectuais. Prova disso foi a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, cujo primeiro presidente foi Heitor Lyra da Silva, que foi um dos primeiros passos para se pensar a educação unificada em nível nacional.

Segundo Marta M. C. de Carvalho (1998), treze intelectuais cariocas fundaram, em outubro de 1924, a ABE. Esse grupo que se auto-denominou a "elite" intelectual que salvaria o país da barbárie social e econômica. A autora ainda acrescenta que a ABE, em verdade, foi conseqüência de um a tentativa malograda de se fundar um partido político que iria se chamar "Acção Nacional". Carvalho conclui, em sua tese, que a ABE não embarcou ingenuamente no "otimismo pedagógico" ou "entusiasmo pela educação" dos anos 20; em seus discursos, estava claro a separação entre a educação "do povo" (ensino primário) e a educação "da elite" (ensino secundário e universidade). O Estado tinha o dever para com o ensino primário, já o acesso ao ensino secundário e

universidade ficaria a par de cada um, promovendo a "hierarquia das capacidades"; para Carvalho (1998, p. 31),

> a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados.

Manifestando-se primeiramente em prol da formação e aperfeiçoamento profissional do professor, a ABE organizou congressos nacionais, que se tornaram eventos referenciais da educação no país. De acordo com Fernando Azevedo (1971, p. 654), a ABE, entre outros, teve o grande mérito de aglomerar educadores de diversas regiões do país, o que possibilitou uma troca de informações, "abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas"; como conseqüência, muitos dos assuntos debatidos nestas conferências foram contemplados no artigos 149 e 150 da Constituição de 1934 no que se refere ao livre acesso para todos os brasileiros, a gratuidade do ensino primário e a liberdade de ensino em todos os níveis da educação.

O "entusiasmo pela educação" e o "otimismo pedagógico" que caracterizaram os anos 20, tem como auge a ABE, em 1924. A iniciativa de Levi Carneiro em promover a fundação de filiais da ABE nas várias regiões do país surtem efeito em Pelotas, o que culmina coma fundação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPBAE), como bem mostra a notícia abaixo:

> **Associação Brasileira de Educação – Secção em Pelotas**
>
> Convocada pelo dr. Joaquim Luis Osório teve logar hontem, ás 10 horas, no Gymnasio Pelotense [...] para tratar da creação nesta cidade de uma Secção da Associação Brasileira de Educação, com sede no Rio. [...] sendo escolhida a seguinte direcção provisoria para dirigir a sociedade até a sua constituição definitiva: Joaquim Luis Osório, presidente; Guilherme Echenique, secretárioMiguel de Souza Soares, **D. Helena Pilmann**, **Joaquim Alves da Fonseca** [...] ficou assentado

> telegraphar-se ao dr. Levi Carneiro, cujo nome foi muito festejado, de congratulações com este eminente patrício pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que s. exa. animou, entre nós, quando na presidência da grandiosa instituição nacional com seus bons offícios junto ao dr. Joaquim Luís Osório (A Opinião Pública, Pelotas, segunda-feira, 25 de outubro de 1926). [grifo intencional]

É de fundamental importância chamar atenção para o fato de que as pessoas que faziam parte da SPABE, em sua grande maioria, representavam a elite de Pelotas, destacando-se o nome de Joaquim Luís Osório; deve-se mencionar também que vários destes membros constituíam o Partido Republicano Rio-Grandense e/ou diretorias de instituições de ensino de Pelotas.

Entretanto, igualmente à ABE, havia nos discursos da SPABE a mesma intencionalidade em se montar duas vias de ensino: uma para a elite, e outra para o povo.

Destacou-se os nomes do Professor Joaquim Alves da Fonseca e Helena Pilman por serem estes, três anos mais tarde, os criadores da Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), demonstrando claramente que esta foi, em verdade, uma continuidade do espírito pioneiro que criou a SPABE. Ademais, um ano antes da criação da ASRP, o professor Jorge Salis Goulart, ao receber o prêmio de melhor livro didático[5], retrata seu discurso:

> O professor Jorge Salles Goulart agradece as palavras que vinha de ser alvo demorando-se em longos comentários sobre a cultura de pelotas e [...] Disse que era acertada a idéia de que naquele momento pairava naquele recinto da criação de uma Associação de professores em Pelotas [...] Lembrou a necessidade de congregar as classes que representam as forças espirituais, individuais e morais do povo brasileiro (DIÁRIO POPULAR, 17 de outubro de 1928, p. 04).

[5] Em março de 1927, foi lançado pela SPABE, um concurso de melhor livro didático. O resultado desse concurso foi revelado na noite de 15 de outubro de 1928, sendo agraciada a obra "História da Minha Terra", de Junio Lívio, que era, na verdade o pseudônimo do Prof. Jorge Salis Goulart.

Um dos objetivos principais da SPABE focalizava a garantia de que "o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos problemas que a assolavam" (PERES; CARDOSO, 2003, p.25). Entretanto, igualmente à ABE, havia nos discursos da SPABE a mesma intencionalidade em se montar duas vias de ensino: uma para a elite, e outra para o povo.

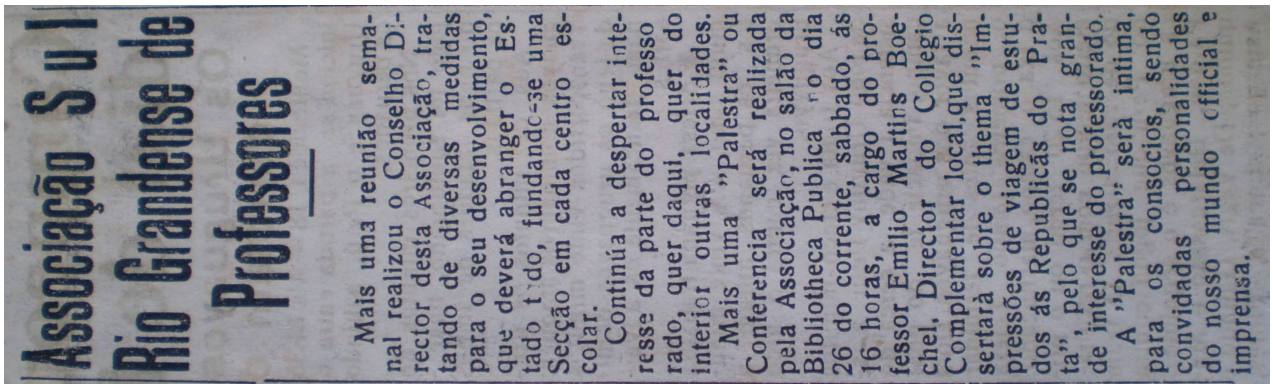
Sob a então influência da SPABE, em 14 de outubro de 1929, o Professor Francisco Alves da Fonseca e D. Helena Pilman, com mais 45 sócios, deram início à fundação da ASRP, cujos objetivos estavam no "Estatuto de fundação" da mesma:

> - Art. 1º)...
>
> a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo methodos e processos novos adaptando outros já usados em alguns paizes, creando bibliothecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos [...]
>
> b) Procurar manter a cohesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério official ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico;
>
> c) Manifestar sobre reformas ou modificações feitas nos vários departamentos de instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio grande do Sul;
>
> d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados, desde que esta ação não prejudique outros Associados;
>
> e) Crear secções em todos os municípios de nosso Estado;
>
> f) Aproximar os paes dos professores;
>
> g) Solenizar em todo o Estado o dia 15 de outubro, consagrado ao professor

No decorrer do anos 30, a ASRP começa a elaborar campanhas de construção da Caixa Beneficente, da construção da sede própria (seus encontros alternavam entre o Colégio Pelotense e a Biblioteca Pública Municipal). Entretanto, a primeira grande luta

da ASRP foi a construção de uma identidade aos docentes associados, bem como uma tentativa de controle dos saberes-fazeres docentes.

Dessa forma, a fim de garantir o "aperfeiçoamento" dos professores, eram promovidas, assim como nas iniciativas da SPABE, palestras e cursos para todos seus associados. Exemplos dessas palestras é o noticiário a seguir:



Associação Sul Rio Grandense de Professores

Mais uma reunião semanal realizou o Conselho Director desta Associação, tratando de diversas medidas para o seu desenvolvimento, que deverá abranger o Estado todo, fundando-se uma Secção em cada centro escolar.

Continúa a despertar interesse da parte do professorado, quer daqui, quer do interior outras localidades.

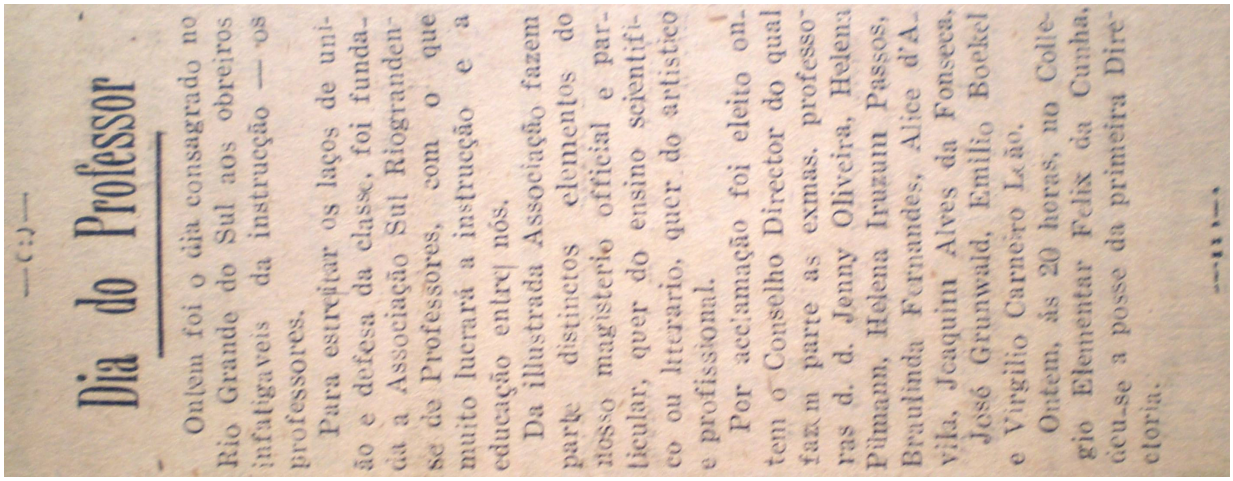
Mais uma "Palestra" ou Conferencia será realizada pela Associação, no salão da Bibliotheca Publica no dia 26 do corrente, sabbado, ás 16 horas, a cargo do professor Emilio Martins Boechel, Director do Collegio Complementar local, que dissertará sobre o thema "Impressões de viagem de estudos ás Republicas do Prata", pelo que se nota grande interesse do professorado.

A "Palestra" será intima, para os consocios, sendo convidadas personalidades do nosso mundo official e imprensa.

A Opinião Pública, Pelotas, segunda-feira, 29 de junho de 1931

Na notícia acima, percebe-se claramente um esforço da ASRP em fundar filiais em vários municípios do Rio Grande do Sul. Como exemplo disso, citamos o caso de a primeira filial que foi a da cidade de Rio Grande, que teve como sede o Colégio Juvenal Muller; no decorrer dos anos, a Associação foi cada vez mais firmando sedes em outras cidades. Mas nem sempre, esta associação era bem vista, como demonstra a ata nº 26, de 13 de junho de 1931: "...foi lido um ofício que recebemos do diretor do Colégio Elementar de Vacaria, o qual nos diz que será impossível fundar uma filial nossa lá porque a maior parte não concorda com os estatutos".

Sob o propósito de dar um status ao professor, a ASRP prevê em seus estatutos um dia solene em respeito ao professor; o dia escolhido passa a ser o dia 15 de outubro, como está registrado no artigo abaixo:



Dia do Professor

Ontem foi o dia consagrado no Rio Grande do Sul aos obreiros infatigaveis da instrucção — os professores.

Para estreitar os laços de união e defesa da classe, foi fundada a Associação Sul Riograndense de Professores, com o que muito lucrará a instrucção e a educação entre nós.

Da illustrada Associação fazem parte distinctos elementos do nosso magisterio official e particular, quer do ensino scientifico ou litterario, quer do artistico e profissional.

Por acclamação foi eleito ontem o Conselho Director do qual fazem parte as exmas. professoras d. d. Jenny Oliveira, Helena Pilmann, Helena Iruzum Passos, Braulinda Fernandes, Alice d'Avila, Joaquim Alves da Fonseca, José Grunwald, Emilio Boekel e Virgilio Carneiro Leão.

Ontem, ás 20 horas, no Collegio Elementar Felix da Cunha, deu-se a posse da primeira Diretoria.

Diário Popular, Pelotas, 16 de outubro de 1929.

Tal registro contraria a notícias que circulam na internet de o dia do professor no Brasil tenha começado a ser festejado em São Paulo, em 1947:

> **A ORIGEM DO DIA DO PROFESSOR**
>
> Em 15 de outubro de 1827 (no dia consagrado à educadora Santa Tereza D'Ávila), D. Pedro I baixou um Decreto Imperial no sentido de que "todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras". A idéia, inovadora e revolucionária, teria sido ótima - caso tivesse sido cumprida.
>
> Surgiu apenas em 1947, exatamente 120 anos após o referido decreto, a primeira comemoração de um dia todo dedicado ao Professor. Foi em São Paulo, em uma pequena escola no número 1520 da Rua Augusta, onde existia o Ginásio Caetano de Campos, conhecido como "Caetaninho". O longo período letivo do segundo semestre ia de 01 de junho a 15 de dezembro, com apenas 10 dias de férias em todo este período. Quatro professores tiveram a idéia de se organizar um dia de parada para se evitar a estafa – e também de congraçamento e análise de rumos para o restante do ano. O professor Salomão Becker sugeriu que o encontro se desse no dia de 15 de outubro - data em que, na sua cidade natal, professores e alunos traziam doces de casa para uma pequena confraternização. Era na Escola Normal Oficial de Piracicaba (atual Instituto de Educação Sud Menucci), onde tinha ele estudado e por onde se formavam professores para o ensino básico. O diretor, Onofre Penteado, gostou da iniciativa. A festa foi

> um sucesso. No ano seguinte, o jornal "A Gazeta" fez a cobertura do acontecimento, que já contava com a adesão de um colégio vizinho: o Pais Leme, que ficava na esquina da Rua Augusta com a Av. Paulista. Com os professores Alfredo Gomes, Antônio Pereira e Claudino Busko, a idéia estava lançada, para depois crescer e implantar-se por todo o Brasil (Disponível em: http://www.unigente.com/professor.php?gclid=CKuLqufq0ZMCFQoFGgod8mY0hg . Acesso em 06 de ABRIL de 2009).

Desmente também outras versões, como por exemplo:

> Dia do professor: a história da comemoração
>
> *Por Daniele Moraes*
>
> Comemorado mundialmente no dia 5 de outubro, no Brasil o "Dia do Professor" é festejado em 15 de outubro. Instituído nacionalmente por meio do decreto Nº 52682, assinado pelo então Presidente da República João Goulart, em 1963, a data já era comemorada havia muito tempo. O primeiro registro histórico da celebração dada de 14 de maio de 1930, quando a III Semana da Educação, realizada na cidade de Bragança Paulista (interior de São Paulo), institui em seu programa de atividades o "Dia da Escola".
>
> Apesar da longa história em torno do Dia do Professor, poucos conhecem a origem desta homenagem e tão pouco as razões da definição da data. Tudo começou nos anos 30, quando diversas iniciativas foram tomadas por grupos de professores católicos. Comemorações como a festa do "Nosso primeiro Mestre", lançada pela Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (então, no Rio de Janeiro) ou o "Dia da Mestra", instituído também no Rio pelo Departamento de Ensino Primário (Disponível em: http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu15.asp Acesso em 06 de ABRIL de 2009).

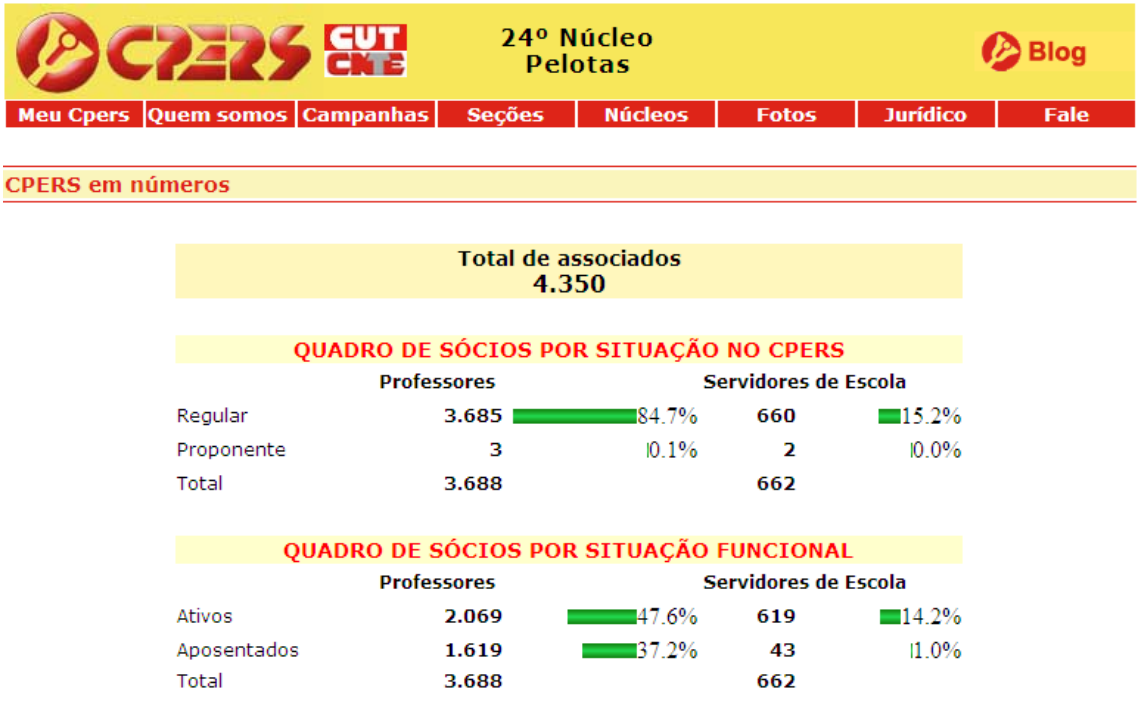
24° Núcleo do CPERS: breves palavras

O núcleo do CPERS/Pelotas começou a ser planejado nos ano de 1979, segundo conversa informal do presidente da Associação Sul – Riograndense dos Professores.

Primeiramente, formou-se uma Comissão Pró-Criação do Núcleo, que preparou a criação do 24º Núcleo do CPERS/Sindicato, que se institucionalizou com o resultado da primeira eleição, em outubro de 1980, conforme os registros seguintes:

> Aos vinte e três dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta, às 20 horas e 30 minutos, na sala cento e quarenta e cinco da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, reuniram-se os professores sócios do CPERS residentes em Pelotas, a Comissão Provisória Pró-Criação do Núcleo Regional e os professores Danton Donatelli e Eugenio Fulkmann, para tratarem dos seguintes assuntos: [...] 3 – Discussão por parte de professores presentes a respeito da situação que poderá ser criada entre a Associação Sul Riograndense de professores e o Núcleo Regional do CPERS a ser instalado em nossa. (LIVRO DE ATAS nº 01, Ata nº 1, p. 01) [...] Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta, às nove horas e trinta minutos, na sala 026 da UCPEL, com a presença da Comissão Eleitoral, dos candidatos e alguns sócios, teve início a apuração dos resultados da Eleição da Lista Tríplice de candidatos à Diretoria do Núcleo do CPERS/Pelotas. [...] O resultado geral da eleição foi o seguinte: Sonia Fontoura Cardoso, oitenta (80) votos; Flávio Medeiros Pereira, cinqüenta (50) votos; Enadir Ferreira Martins, quarenta e oito (48) votos, Marco Antônio Viana, dezessete (17) votos; Ana Helena Beckemcamp, dezesseis (16) votos. (LIVRO DE ATAS nº 01, Ata nº 17, p. 11, verso)

A partir de então, o núcleo cresceu e atualmente é responsável pelos seguintes municípios: Pelotas (SEDE), São Lourenço do Sul, Turuçu, Canguçu, Piratini, Morro Redondo, Cerrito, Capão do Leão, Pedro Osório, Herval, Jaguarão e Arroio Grande:



Dados do Site: http://www.cpers.com.br/portal2/p_numeros.php?acao=conta . Acessado em 06 de ABRIL de 2009.

Consciência de Classe e Experiência de Classe: Diálogos

Lendo o capítulo VI (inédito), Do Livro I, de o Capital — Resultados do Processo de Produção Imediata — Marx faz referência à diferença fundamental entre trabalho produtivo e improdutivo. Marx, diz:

> *Trabalhador Produtivo* não é mais é mais do que uma expressão concisa que designa a relação no seu conjunto e o modo como se apresenta a força de trabalho e o trabalho no processo de produção capitalista. Por conseguinte, ao falarmos de *trabalho produtivo*, falamos pois de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica uma relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital e como capital se contrapõe à capacidade de trabalho; trabalho produtivo, por conseguinte, é aquele que para o operário reproduz apenas o valor previamente determinado da sua capacidade de trabalho, ao passo que na sua condição de

> atividade geradora de valor valoriza o capital e *enquanto capital* opõe ao operário os valores por ela mesma criados. A relação específica entre o *trabalho objetivado* e o *trabalho vivo,* relação que transforma o primeiro em capital, converte o segundo em *trabalho produtivo* (MARX, 2004, p.114).

Percebe-se aqui uma dupla função que o trabalho possui para o capital. Por um lado, reproduz a própria capacidade de trabalho no mesmo tempo em que realiza a atividade para o qual foi solicitado e, por outro, valoriza o capital enquanto atividade criadora de valor, e isto sempre sob o mando do capital. Dessa forma, observamos o trabalho como *trabalho vivo* no primeiro caso e como trabalho objetivado no segundo caso.

Ambas as formas de trabalho estão determinadas pelo resultado do próprio trabalho; mesmo este resultado significando para o trabalhador a reprodução de sua própria força de trabalho graças à relação contratual que o liga ao capitalista, isto é, graças ao salário, significa para o capitalista totalmente o contrário: a valorização de seu capital ou, o que dá no mesmo, a criação de *mais-valia* que se extrai do trabalho, ou seja, trabalho na forma de trabalho não pago.

> Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário [...] que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento [...] é um trabalhador produtivo. Mesmo assim, a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submetem fortemente ao capital: pertencem às formas de transição (MARX, 2004, p. 115).

Estes trabalhos se encontram apenas submetidos ao capital porque este não os coloca diretamente a trabalhar; funcionam de forma independente ao capital. Marx já

havia assinalado no seu Capítulo 12 do Livro I de O Capital — Divisão do Trabalho e Manufatura, a diferença precisa entre o trabalho manufatureiro e o terceirizado, um modo de produção, este último, em que o trabalho é organizado em casa por trabalhadores e trabalhadoras independentes. O vendedor intermediário adianta as matérias primas organiza a venda posterior das mercadorias já preparadas.

Sob este aspecto, Marx observa uma diferença fundamental com a divisão do trabalho manufatureiro: "O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. Só era tolerado como distribuidor dos produtos dos artesãos [...] Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissoluvelmente unidos como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conservação desses meios em Capital (MARX, 1998, p. 414). É óbvio que nem a cantora nem o mestre-escola mencionados por Marx haviam sido separados de seus meios de produção; se poderia pensar, não obstante, que um sistema educativo que forme indivíduos para o mundo do trabalho — como é o discurso atual de uma das funções da Escola, se encontra submetido a relações comerciais capitalistas uma vez que uma demanda de trabalhadores formados é cada vez mais necessária.

Marx continua mostrando a diferença entre o trabalho produtivo e improdutivo:

> O mesmo trabalho — por exemplo jardinagem, alfaiataria [...] pode ser realizado pelo mesmo trabalhador [...] ao sserviço de um capitalista industrial ou ao de um consumidor direto. E ambos os casos estamos perante um assalariado ou um jornaleiro, porém num caso trata-se de um *trabalhador produtivo* e no outro de um *trabalhador improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e, no outro, não: porque num caso, o seu trabalho constitui um elementop do processo de autovalorização do capital e, no outro, não é assim (MARX, 2004, p. 116).

Entretanto, é de fundamental importância esclarecer que a classe não é apenas uma concepção aberta de determinantes objetivos, ou um resultado de identidades culturais; pois ela se constrói em relação à esfera produtiva da sociedade. É preciso

vivenciar o processo de produção para se adquirir a consciência de classe; sob este aspecto, Thompson argumenta o seguinte:

> As formações de classe [...] surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade [...] Não podemos colocar 'classe' aqui e 'consciência de classe' lá [...] Nem podemos deduzir a classe de uma 'seção' estática (já que é um vir a ser no tempo) nem como uma função de um modo de produção, já que a formação de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolveram num processo inacabado de relação – de lutas com outras classes – no tempo (THOMPSON, 1981, p. 121).

O autor também adverte sobre a distinção entre consciência de experiência e consciência de classe; enquanto aquela é determinada pelas relações de produção em que os sujeitos estão inseridos, esta não é. "A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe" (THOMPSON, 1997, p. 10).

Adiantando uma possível questão sobre o professor ser ou não um produtor de bens, portanto inserido no processo de produção capitalista, citamos Marx:

> No caso da produção não material, mesmo quando é efetuada com vista exclusivamente à troca, e mesmo que crie mercadorias, existem duas possibilidades:
>
> 1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadoria no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo, livros, quadros [...] 2) O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e só pode tê-lo devido à natureza das coisas, em algumas esferas. [...] Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos, os docentes podem ser meros assalariados. [...] "O trabalhador produtivo é aquele que aumenta a riqueza de seu patrão" (MARX, 2004, p. 119-120).

Identidade Profissional Docente

A definição do conceito "identidade profissional" se fundamenta como um aspecto da identidade social. Segundo Berger e Luckman (1973), esta compreende componentes objetivos (aspectos materiais) e subjetivos (língua, cultura, grupo social, concepções religiosas e políticas e funções assumidas na divisão social do trabalho), contudo as características subjetivas da identidade social só podem ser compreendias quando analisadas juntamente com as objetivas.

O próprio conceito de identidade nos remete a duas dimensões distintas, mas complementares: a identidade para si e a identidade para o outro. No entanto, segundo Dubar (1997), estas dimensões estão constantemente em processo de construção e reconstrução através do fenômeno da socialização cheio de incertezas e inconformidades. Dessa forma, as identidades sociais são muito mais do que "dados objetivos" ou "características subjetivas" invariáveis. Nas palavras do autor: "a identidade social não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, os indivíduos e as instituições constroem" (1997, p. 105).

Concorda-se com Dubar (1997, p. 105) quando introduz à identidade social "a dimensão subjectiva, vivida, psíquica no âmago da análise socilógica", permitindo-nos ir mais além do que as prospecções clássicas de grupo, classe e categoria (referente à macrossociologia) e de papel e de estatuto (no caso da microssociologia).

Dessa forma, o desenvolvimento da identidade profissional docente circunda os papéis, as normas e os valores principais da profissão. Entretanto, a constituição da identidade profissional docente é muito problemática, pois o corpo docente não é homogêneo, podendo-se distinguir, em seu ambiente profissional, diversas subculturas profissionais. Ademais, não podemos fugir da tensão existente entre a cultura profissional idealizada e a realizada, onde as os comportamentos e discursos oscilam entre uma e outra perspectiva.

Pensamentos finais, mas não fechados em definitivo

Diante do exposto, a tese que me propõe-se tecer, tendo em mente a relação *professores* versus *associativismo mútuo*, é a organização do movimento docente pelotense a partir da Associação Sul Riograndense de Professores, sendo esta a instituição fundamental para a constituição dos saberes-fazeres dos professores de Pelotas. Portanto, das mutantes identidades profissionais docentes em Pelotas entre os anos 20 e 80, conseqüência dos "diversos processos de socialização que, em conjunto, os indivíduos e as instituições constroem" (DUBAR, 1997, p. 105).

Em princípio, demarcou-se uma periodização de estudo entre a década de 1920 e a década de 1980; a escolha do período a ser estudado se dá, no caso do marco inicial, pela conjuntura contextual em que é formada a ASRP, e o marco final é justificado por se consolidar nos anos 80 a crise já em decurso da referida associação.

O resgate da memória de uma instituição como a ASRP já é motivo significante à realização do pretendido estudo, pois "o processo de profissionalização docente [...] tem-se caracterizado por uma clara indefinição da compreensão dos efetivos mecanismos sob os quais o mesmo ocorreu" (TAMBARA, 2005, p. 17).

Em relação aos aspectos metodológicos, minhas análises tenderão a ser de caráter histórico-descritivo, sem, contudo, deixar de lançar mão da sociologia do trabalho, mais especificamente, sociologia do professorado. Inicialmente, as categorias trabalhadas serão: associativismo, identidade profissional (saberes-fazeres) e docência.

Para tal, os procedimentos adotados para coleta das informações e dados referentes ao conteúdo da pesquisa serão os seguintes: entrevistas semi-estruturadas, relatos de história oral de sujeitos que vivenciaram ativamente a ASRP, principalmente aqueles que a vivenciaram no período de 1975 a 1985, posto que os registros de livros-atas vão até 1975. Ademais, serão analisados documentos da ASRP, bem como pesquisa em jornais e periódicos da imprensa local.

Até a presente data, é possível construir a narrativa histórica de que a ASRP foi fruto do "Entusiasmo da Educação" e do "Otimismo Pedagógico", termos cunhados

por Jorge Nagle quando se refere aos anos 20 em seu clássico "Educação e Sociedade na Primeira República", responsável pela emergência da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação. Dessa iniciativa, será criada, em 1929, a Associação Sul Riograndense de Professores.

Desde a sua criação até a década de 1970, a ASRP é a instituição fundamental para que, mesmo de forma incipiente, crie-se no magistério pelotense uma consciência de identidade docente, dando prenúncios a uma experiência de classe.

Por outro lado, o professorado, em suas aspirações e necessidades, passam a se identificar — principalmente devido à pauperização progressiva — com o proletariado clássico; no entanto, a ASRP continuou a encarar o professorado como um tipo diferenciado de trabalhador.

O fenômeno que venho explorando mais recentemente é o fato de, ao se criar 24º núcleo do CPERS/Sindicato, o magistério pelotense migra quase que integralmente da ASRP para a referida instituição. O motivo é complexo, mas vou tentar simplificá-lo sem, entretanto, ser simplista: enquanto a ASRP continua a visualizar um professorado com categorias liberais, o 24º núcleo do CPERS/Sindicato adota categorias do proletariado clássico, com as quais o magistério pelotense está se identificando mais. Ou seja, a ASRP foi de grande importância para o magistério pelotense adquirir uma **experiência de classe**, mas é com o 24º núcleo do CPERS/Sindicato que este mesmo professorado ganha **consciência de classe**.

Em suma, embora o início da associação dos professores de Pelotas apresente de associações mútuas, tal iniciativa foi, sob certo aspecto, a gênese de uma experiência de classe do magistério pelotense, pois estes estavam tanto inseridos no processo de produção enquanto se identificavam conscientemente como um grupo de pessoas que possuem atividades específicas, com saberes-fazeres específicos.

No momento em que mudam-se as configurações das atividades docentes e de seus sujeitos, surgem novas instituições que comportam e dão respostas aos desejos e

necessidades deste novo trabalhador da educação; em Pelotas, isso ocorre no final dos anos de 1970 e início da década de 1980. Entre estas instituições se encontra o 24º núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), em Pelotas, que foi a expressão mais profícua desse fenômeno.

Lança-se, então, a seguinte questão a ser refletida: será que a crise atual do sindicalismo, assim como ocorreu com a ASRP nada mais é do que o reflexo da mudança de identidade do professorado e não estaria o sindicalismo do magistério atual ultrapassado? Pois a História mostra o quanto somos mutantes e mutáveis, e somente nos percebemos disso quando "já foi", daí a grande missão da História, expressa muito bem por Eric Hobsbawm:

> A causa a que devotei boa parte da minha vida não prosperou. Eu espero que isso me tenha transformado num historiador melhor, já que a melhor história é escrita por aqueles que perderam algo. Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente, e esta é uma questão muito mais relevante (HOBSBAWM, 1998, contra-capa).

E estas palavras ecoam: Por que tudo foi diferente? Por que a ASRP não se tornou o que se propôs no momento de sua criação? " e esta é uma questão muito mais relevante".

Referências

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BERGER, P. I., & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica***:* higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

DE LUCA, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado.** São Paulo: Contexto, 1990.

DUBAR, C. **A socialização:** Construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Livro 1, v. 1.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital:** Resultados do Processo de Produção Imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004

NAGLE, Jorge . **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, Antônio. Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In **Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003.

PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. **Cadernos do ISP**, nº 11, dez. 1997, p. 5-20

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe:**

identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: UNICAMP/CECULT, 2004, p. 33-34.

TAMBARA, Elomar. Karl Marx – Contribuições para a investigação em História da Educação no século XXI. In: FILHO, Luciano M. de Faria (org.). **Pensadores Sociais e História da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 09-25.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar, 1981.

_____ **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.1.